Realização:

Memorial Cultura Cearense

Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

iacc instituto de arte e cultura do ceará

Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Cultura

Patrocínio:

A UE não se responsabiliza pelo conteúdo desta publicação

Ader
L'Association pour le Développement Economique Régional

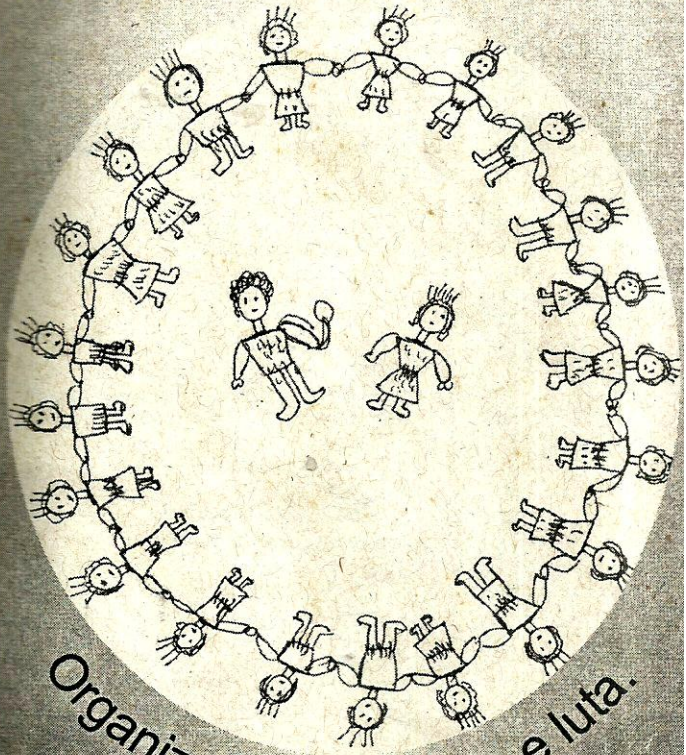
Apoio:

GAIA

Projeto Historiando

EDITORA E GRÁFICA RIBEIROS © 3236.6236

Povos Indígenas no Ceará



Organização, memória e luta.

Fortaleza, novembro de 2007

Povos Indígenas no Ceará

Organização, memória e luta.

Maria de Lourdes Macena Filha
Aluna MS Políticas e Dinâmicas Sociais - UFC

Fortaleza, novembro de 2007

Créditos

Pesquisa e redação: Alexandre Gomes e João Paulo Vieira (Projeto Historiando) e Juliana Muniz.
Desenhos e grafismos: etnias indígenas cearenses
Desenho da capa: Audenora Tremembé
Coordenação: Isabelle Braz P. da Silva
Supervisão: Carmen Lúcia Silva Lima
Revisão: Rodrigo Alves Ribeiro
Arte gráfica: Gráfica Ribeiro's
Realização: Memorial da Cultura Cearense, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
Patrocínio: L'Association pour le Développement Economique Régional - ADER (Associação para o Desenvolvimento Econômico Regional)
Apoio: Gaia Engenharia Ambiental

Sumário

Agradecimentos....04
Apresentação....05
Introdução....07
Anacé....09
Gavião....11
Jenipapo-Kanindé....13
Kalabaça....15
Kanindé....17
Kariri....20
Pitaguary....22
Desenhos....25
Mapas....26
Potiguara / Potyguara....34
Tabajara....38
Tapeba....41
Tremembé....44
Tubiba-Tapuia....48
Outras referências....50

Agradecimentos

Um agradecimento especial a Fernando Tremembé, Ceiça, Rosa e Ana Clécia Pitaguary, Dourado, Weibe e Nailton Tapeba, Maria Amélia Leite, Margareth Malfliet, Daniel Pitaguary, Cacique Pequena, Conceição (Bida) e Fábio Jenipapo-Kanindé; João Venâncio, Cacique Sotero, Renato e Helena Gomes Potiguara, Jorge, Evagivaldo e Eliane Tabajara (Poranga), Têka Potyguara, Júnior, João e Ângela Anacé, Tetê e Dona Tereza Kariri, Helloana e Luciana (Observatório dos Direitos Indígenas), Estevão Palitot, ADER, AMITK, ARIPPOC, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, FUNAI, FUNASA, Gaia Engenharia Ambiental, Museu do Ceará, Observatório dos Direitos Indígenas, SEDUC, e a todas as demais pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho.

Apresentação

Prezado leitor,

A idéia de realizar esta publicação surgiu durante uma das reuniões de preparação da recepção da exposição itinerante *Os primeiros brasileiros*. Esta exposição teve a curadoria do profº. João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional do Rio de Janeiro e foi sediada pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Por iniciativa do Memorial da Cultura Cearense constituiu-se um grupo de trabalho que por diversas vezes se reuniu para planejar e organizar adaptações da exposição original e outras atividades correlatas. Este grupo foi constituído por várias instituições afeitas ao campo indigenista no Ceará, tais como: ACITA, AMICE, APOINME, ASSOCIAÇÃO MISSÃO TREMEMBÉ, CDPDH, COPICE, FIRESO, GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS ÉTNICAS - UECE/UFC, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Nossa intenção ao conceber este livreto foi levar ao público cearense uma breve informação sobre os grupos indígenas no Ceará contemporâneo. Esses grupos estão sediados em diferentes regiões de nosso Estado e guardam distinções entre si, com suas histórias, memórias e práticas culturais específicas.

Para a realização da tarefa a que nos propusemos foram necessários muito empenho e agilidade, da equipe de pesquisa e redação convidada para o trabalho (Projeto Historiando), diante do pouco tempo de que dispúnhamos e frente à dificuldade de obtenção de informações sistematizadas e seguras. Lançamos mão de trabalhos acadêmicos, conversas com pesquisadores, dados de instituições que trabalham diretamente com essas populações e também de viagens à campo.

Você terá a oportunidade de conhecer um pouco mais do Ceará indígena, uma, entre tantas outras faces de nossa sociedade, às vezes tão próximas e tão difíceis de serem enxergadas.

Isabelle Braz Peixoto da Silva

Fortaleza, novembro de 2007

Introdução

Este livreto traz em suas páginas um pouco da história recente dos povos indígenas no Ceará. As comunidades aqui retratadas constroem os caminhos da memória a partir da compreensão de sua etnicidade, do entendimento de intensos processos de violência, opressão e resistência dos quais fazem parte.

A partir da década de 1980, com a mobilização dos Tapeba e Tremembé, inicialmente, e dos Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, posteriormente, assistimos a um crescente levantar da etnicidade no estado.

A capitania do Siará-Grande abrigou mais de 20 etnias, sendo considerada por muitos como um refúgio para onde migraram diversos povos, que vieram das capitanias vizinhas de Rio-Grande, Paraíba, Pernambuco, e ocuparam boa parte desta terra, que já era habitada por outros povos. Rodeado de limites naturais precisos (serras e chapadas), o Siará-Grande só começou a ser invadido pelos europeus efetivamente no início do século XVII, porém grandes conflitos pela posse da terra se deram a partir da expulsão dos holandeses (1654), com a disputa pela posse das ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e seus afluentes. Esta série de conflitos, dentre outros ocorridos no litoral do atual nordeste, ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros, e durou até a segunda década do século XVIII.

A organização dos aldeamentos missionários, a partir da segunda metade do século XVIII, trouxe para

estes espaços populações que tinham em suas memórias trajetórias de sucessivas guerras e migrações forçadas. O aldeamento tornou-se lugar de resistência e refúgio, e lá estes povos recriaram sua cultura, motivados por interesses políticos variados. A criação das vilas de índios após a expulsão dos jesuítas (1759) e a imposição do Diretório Pombalino estabeleceu a mestiçagem como estratégia de embranquecimento da população e diluição das marcas culturais nativas. A partir daí, o século XIX é crucial para a compreensão das sucessivas transformações pelas quais passaram estes povos, com a criação de municípios e distritos nos lugares que habitavam. O que seria a história oficial dos municípios cearenses, senão uma tentativa de contar a história local a partir da versão européia?

Para a realização de nossa escrita estabelecemos alguns critérios, dentro dos quais destacamos: como se deu o processo de etnogênese e auto-afirmação étnica, a luta atual das etnias e como elas estão organizadas. Outro aspecto que merece ênfase diz respeito às sucessivas migrações pelas quais passaram a maioria das comunidades.

O processo de etnogênese iniciado na década de 80 hoje atinge diversas populações do interior do Ceará, como nos municípios de Crateús, Poranga e Monsenhor Tabosa, que foram visitados durante a pesquisa para a construção do livreto.

Este livreto tem a intenção mostrar a atual situação das etnias hoje existentes no Ceará, dando visibilidade à sua luta e instigando à reflexão sobre a sua presença na sociedade cearense.

Anacé

Município: São Gonçalo do Amarante e Caucaia
Comunidades: 1) Em São Gonçalo do Amarante: Mangabeira, Pau-Branco, Salgado, Tabuleiro Grande, Boqueirão, Currupião, Baixo da Carnaúba, Maceió do Rafael, Torém, Areia Verde, Lagoa Amarela, Jereraú, Tocos, Chave Oiticica, Tapuio, Siupé; 2) Em Caucaia: Matões, Japuara e Santa Rosa.
População estimada: 1270 pessoas
Famílias: 380
Situação da Terra Indígena (TI): TI a ser identificada pela FUNAI.

Durante a última Assembléia dos Povos Indígenas no Ceará, realizada na aldeia Nazário - Crateús (novembro de 2006), o povo Anacé junto aos Tubiba-Tapuia de Monsenhor Tabosa, integraram-se ao movimento indígena organizado no Ceará.

Composto por 380 famílias, residentes nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, este último a antiga *Anacetaba*, o nome da etnia é uma alusão aos ancestrais, que habitavam a região. Atualmente, o povo Anacé vive um período de incerteza, medo e insegurança, devido à ameaça de desapropriação de suas terras tradicionais, iniciada em 1996 com o processo de construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que prevê a ocupação de seu território para a instalação de uma

siderúrgica e de várias indústrias nacionais e estrangeiras.

Cerca de 90 famílias já foram expulsas da terra tradicional e alojadas em três assentamentos (Novo Torém, Forquilha e Monguba). Pretende-se retirar as demais famílias para a conclusão do CIPP. Desta forma, a luta dos Anacé hoje, é pela imediata demarcação de suas terras que, além de considerarem sagradas, pois foram ali que viveram seus ancestrais e ainda hoje vivem; são sítios arqueológicos de importante significado para o estudo da ocupação humana e migrações no território que veio a chamar-se Ceará. Vários achados arqueológicos foram feitos pela população indígena, o que contribui para a preservação do território, garantida pela Constituição Federal.

Entre os dias 20 e 23 de setembro de 2007, a comunidade organizou, na aldeia Matões em Caucaia, a *I Assembléia do Povo Indígena Anacé*. Contando com a participação de representantes de etnias de todo o Ceará. O Encontro teve como tema: *Terra e Impacto Ambiental* e discutiu os transtornos e os impactos sócio-ambientais de empreendimentos instalados na Terra Indígena.

Dentre os principais encaminhamentos da assembléia, citamos: 1) A solicitação de uma audiência pública para discutir a regularização das Terras Indígenas no Estado; 2) A anulação das licenças que autorizam a construção de grandes

empreendimentos em TI's (Terras Indígenas); 3) A anulação de decretos de desapropriação de terras e o fechamento dos prostíbulos que funcionam dentro das comunidades Anacé; 4) A formação de um Conselho Nacional de Políticas Indigenistas; 5) A criação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que vise a garantir financiamento para reflorestamento das áreas degradadas e 6) A elaboração de um projeto de despoluição de rios, lagoas e manguezais.

Gavião

Município: Monsenhor Tabosa
Comunidade: Boa Vista.
População estimada: 190 pessoas
Famílias: 20
Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI.

"Sou Gavião, sou Gavião, e nasci lá no sertão...
Pois eu sou o rei da mata, de voar não me cansei.
Somos povos que viemos, tão de longe para cá,
Igualmente ao gavião, ligeiramente a voar...
Música de Antônio "Toinho" Gavião

Os habitantes da aldeia Boa Vista trabalham em conjunto, tirando sustento da plantação de milho, feijão, algodão, melancia, jerimum e melão, dentre outras. Caçam nas matas próximas animais como:

rabudo, preá, juriti, tejo, nambú, peba, tatu e veado. Entretanto, a base fundamental de sustentação da aldeia é o milho, utilizado desde o momento em que ainda está verde e, depois de seco, servindo para fazer uma série de comidas, como pipoca, mucunzá e cuscuz; e também como alimentação para os animais que criam e comercializam, com o fim de adquirirem gêneros que não produzem.

Segundo a tradição oral, os mais antigos chegaram a Monsenhor Tabosa vindos da localidade Bom Jesus, em Crateús. Cinco irmãos, filhos de Alzira, mulher solteira e parteira, muito conhecida na região, formam o núcleo inicial do povoamento Gavião na região. Seus filhos eram João Rodrigues, Manoel Rodrigues, José Rodrigues, Clara Rodrigues e Maria Rodrigues (Maria Gavião). Esta última, migrou para o Piauí e lá se casou com um índio Gavião, com quem teve filhos. Ficando viúva, retornou à Serra das Matas. Desta união, resultou o povo Gavião da Boa Vista. Seu irmão, por sua vez, João Rodrigues, que morreu faltando apenas 4 meses para completar 100 anos, deixou uma prole de 10 filhos.

Os Gavião participam da luta indígena desde 2005 quando, por incentivo de lideranças locais, iniciaram seu processo de mobilização. Estão organizados no Conselho Indígena do Povo Gavião, que se reúne mensalmente. Contam com três salas de aula, para adultos e crianças. Hoje, lutam por uma escola diferenciada bem estruturada, por assistência à

saúde e pela demarcação de suas terras, numa área contínua para as etnias de Monsenhor Tabosa, junto aos Potyguara, Tubiba-Tapuia e Tabajara.

Estudam a língua Tupi junto aos Potyguara e mantém íntima ligação com o meio ambiente. Desenvolvem um trabalho de despertar a consciência ecológica nas novas gerações, como na música: ... *Pisa ligeiro pisa ligeiro, quando for passar por cima de um pé de formigueiro. Existe a formiga, que é muito trabalhadeira, cuidado com a formiga, que também é mordedeira...*

Jenipapo-Kanindé

Município: Aquiraz
Comunidade: Lagoa da Encantada.
População estimada: 290 pessoas
Famílias: 80
Situação da Terra Indígena (TI): TI delimitada e identificada, aguardando resposta às contestações.

A etnia Jenipapo-Kanindé está entre as que primeiro levantou a bandeira étnica no Ceará, ainda na década de 80, junto aos Tapeba, Pitaguary e Tremembé. Conhecidos há décadas pela população circundante como *os cabeludos da Encantada*, o que demonstra a percepção da diferença pela sociedade envolvente - vivem na Terra Indígena Lagoa da

Encantada, no município de Aquiraz, espaço sagrado de onde tiram seus mitos, cosmologia; história e a própria sobrevivência.

De acordo com relatos orais, seus antepassados viviam em várias comunidades do município de Aquiraz, como a Lagoa do Tapuio, Córrego de Galinhas, Córrego de Bacias, dentre outras. Os mais antigos da comunidade localizam no século XIX a chegada de seus ancestrais na lagoa, sendo a chamada *seca dos três oitos ou três oitavos*, lembrada como data de referência na memória da comunidade.

Desde 1995 a Cacique Pequena, como é mais conhecida a senhora Maria de Lourdes da Conceição Alves, lidera a etnia na luta pelo cumprimento dos direitos indígenas, pela demarcação de suas terras e em defesa da Lagoa da Encantada, constantemente ameaçada pela especulação e poluição.

Mantêm um ritmo de trabalho próprio. Plantam mandioca o ano todo e seguem um calendário da colheita de frutos e legumes por épocas do ano: milho, feijão, batata-doce, castanha de caju e outros. De cultura intimamente ligada à pesca, realizam esta atividade preferencialmente à noite, praticamente o ano todo, havendo várias formas de praticá-la, tanto com as mãos como com armadilhas que os próprios índios confeccionam, como a caçoeira, o giki e a tarrafa. Fazem artesanato com cipó, e as mulheres da etnia tecem rendas e fazem louça de barro. A partir de

setembro inicia-se a safra do caju, que tem especial significado na comunidade, pois que dele fazem doces e sucos, além do mocororó, bebida usada em festividades e durante a realização do ritual do Toré.

Atualmente estão no Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé, instância deliberativa para questões internas e na AMIJK (Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé). Entre seus lugares sagrados, estão a Barreira, o Morro do Urubu, o Riacho da Encantada e a própria Lagoa. Desenvolveram um modo de vida próprio e estão em íntima interação com o lugar onde vivem, de singela beleza, entre as dunas, a mata e a sagrada Lagoa da Encantada.

Kalabaça

Municípios: Crateús e Poranga
Comunidades: Altamira, Fátima I, Fátima II, São José, Maratoã, Planaltina e Caixa D´água.
Famílias: Poranga: 300; Crateús: sem dados
Situação de Terras Indígenas (TI's): Terras Indígenas com estudos preliminares pela FUNAI.

Minha mãe criou nós dizendo que nós era índio, mas que não era pra nós dizer isso aí nunca, porque os índios antigamente foram espancados... mataram muita gente"
(Dona Raimunda Kalabaça - Poranga-CE)

O povo Kalabaça encontra-se, em sua maioria, nos municípios de Crateús e Poranga. Em seus relatos afirmam possuir parentes nos municípios de Ipaporanga e Ararendá. Em Crateús, integraram o Conselho Indígena de Crateús e Região - CINCRAR, fundado em 1992, formado também por outras 4 (quatro) etnias: Potyguara, Tabajara, Tupinambá e Kariri. O CINCRAR foi extinto depois de ter funcionado por 12 anos. A partir de então, as lideranças que formavam este Conselho decidiram fundar associações por etnias, com o objetivo de estabelecer uma melhor organização.

Atualmente, os Kalabaça em Crateús estão em fase de formação de sua associação. Podemos encontrá-los em diversos bairros da periferia de Crateús e na serra do Nazário, na zona rural. Segundo fontes orais, existe um grande número deles no município, porém muitos não estão articulados ao movimento indígena.

Faz parte da cultura dos Kalabaça a pesca, tradicionalmente feita no rio Poty; a caça de animais de pequeno porte como peba, tatu e carão; e a plantação de feijão, milho, mandioca e arroz. Ficaram conhecidos como Jandaíras, pois quando os brancos chegaram na região, os Kalabaça coletavam para eles o mel da Jandaíra. Antigamente, moravam em casas de palha e seus utensílios eram feitos de barro e cuia: *minha mãe plantava cabaça no inverno, serrava, botava de molho, raspava e fazia a cabaça para botar o de comer* (Dona Raimunda, Kalabaça de Poranga).

Os Kalabaça, em Poranga, estão organizados na luta por suas terras junto aos Tabajara. É comum encontrarmos famílias mistas, formadas por Kalabaça e Tabajara. Residem na aldeia de Imburana onde fizeram uma retomada em agosto de 2005. As terras de Imburana se dividem em três áreas: o lugar de moradia, que fica nos bairros Jardim e Jericó, onde reside a maioria das famílias; o lugar onde plantam e colhem os alimentos, que fica um pouco mais distante das moradias, cuja terra é mais fértil; e o lugar da caça, que é ainda mais distante, nas matas, de onde também retiram as plantas medicinais: cascas, raízes, folhas e frutas. Nos últimos meses fizeram, junto aos Tabajara, a retomada da terra denominada Cajueiro, distante 38 quilômetros de Imburana que, segundo contam, foi moradia de seus ancestrais e a qual passaram a habitar.

Kanindé

Município: Aratuba e Canindé
Comunidades: 1) Em Aratuba: Sítio Fernandes; 2) Em Canindé: Serra da Gameleira.
População estimada: 700 pessoas
Famílias: 130
Situação da Terra Indígena (TI): TI com visita preliminar, realizada pela FUNAI, em 2003/2004. Processo aberto na FUNAI, aguardando procedimentos iniciais de fundamentação antropológica.

Localizados nos municípios de Canindé (sertão central) e Aratuba (serra de Baturité), os Kanindé tem a história marcada por um longo processo de migrações forçadas, e vem mantendo, apesar desta dispersão, laços de parentesco e sociabilidade que unem as comunidades do Sítio Fernandes e da serra da Gameleira, que compõem a etnia.

A origem histórica da etnia Kanindé remonta ao chefe Canindé, principal da tribo dos Janduíns, que liderou a resistência de seu povo no século XVII, obrigando o então rei de Portugal a assinar com ele tratado de paz, firmado em 1692, mas descumprido por parte dos portugueses. Como ocorria com muitos agrupamentos nativos, seus descendentes passaram a ser conhecidos como Kanindé, alusão ao chefe e à ancestralidade.

Segundo tradição oral, vieram da região do atual município de Mombaça, passando por Quixadá, pelas margens do Rio Curu, entre os rios Quixeramobim e Banabuiú, junto aos seus parentes Jenipapo, antes de alcançar os seus locais de morada atuais. Chegaram ao Sítio Fernandes vindos da serra da Gameleira, também conhecida como serra do Pindar, em Canindé, por conta de secas, como a de 1877, e invasões de suas terras por posseiros criadores de gado.

Traço cultural herdado dos ancestrais, a cultura da caça se materializa na existência de diversas armadilhas, como o quixó de geringonça, utilizado no apresamento de animais como mocó, tejo, cassaco,

peba, veado, nambu, seriema e juriti, sempre respeitando os períodos de gestação dos bichos. A relação de sustentabilidade que mantêm com a natureza é ensinada às novas gerações, e busca garantir a permanência da caça para as próximas gerações.

A chamada *Terra da Gia*, foi durante muito tempo utilizada pelos Kanindé para fazerem suas plantações e caçarem, se constituindo como significativo lugar de memória para o grupo. Em 1995, após grande luta junto aos trabalhadores rurais locais, este terreno foi desapropriado pelo INCRA. Após querelas na divisão da terra, os Kanindé do sítio Fernandes ficaram com 270 hectares e continuam plantando no sistema de roçados.

Em 1996, por iniciativa de José Maria Pereira dos Santos, mais conhecido por Cacique Sotero, foi aberto à visitação pública o *Museu dos Kanindé*, que traz em seu acervo artesanato, cujo trabalho em madeira merece destaque, instrumentos de caça e dança, entre outros. Mantido no sigilo até o ano citado, foi com o acirramento da luta por seus direitos que o museu foi exposto ao público, sendo mais uma forma de afirmação étnica do povo Kanindé.

Kariri

Município: Crateús
Comunidade: Maratoã.
População estimada: 60 pessoas
Situação da Terra Indígena (TI): Terra indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI.

"Tem gente que não acredita, que estou contando aqui mas afirmo com muita certeza, sou da tribo Kariri sei que tenho sangue de índio, e não me envergonho jamais porque eu sei que o sangue que tenho, são heranças dos meus velhos pais.
(Tereza Kariri)

A história da etnia Kariri, em Crateús, está intimamente ligada à trajetória de vida de dona Tereza Kariri, que foi uma das primeiras a se identificar como indígena e tornou-se uma das principais lideranças do movimento. Junto às lideranças de outras etnias, participou da fundação da Pastoral Raízes Indígenas, ligada à Diocese de Crateús e fundamental no apoio e articulação dos povos indígenas na região.

Os Kariri de Crateús descendem de dois núcleos familiares, migrantes dos municípios do Crato e de Lavras da Mangabeira. Dona Tereza migrou para Fortaleza adolescente e depois foi para Crateús, onde se casou com um índio Tabajara, formando numerosa prole. Durante os trabalhos de organização da etnia,

conheceram a segunda família Kariri, de Dona Raimunda, cujo pai também fora migrante da região do Cariri para Crateús. Hoje, estão organizados na Associação Indígena Kariri de Crateús, uma das mais atuantes no município. A comunidade de Maratoã, onde mora a maioria dos Kariri, está localizado na periferia de Crateús e agrega famílias de diversas etnias, como os Potiguara, Tabajara e Kalabaça, além de várias outras de casamentos entre membros de etnias diferentes.

Os núcleos familiares Kariri sempre se reconheceram como índios, apesar de ocultarem a origem como forma de proteção. Em seus relatos orais, bem vivas estão as lembranças da migração, efetivada por causa da tomada de suas terras ancestrais, por posseiros que as ocuparam.

Nas crônicas coloniais os Kariri aparecem como habitantes da região que abrange do sul do Ceará e Pernambuco até às margens do Rio São Francisco. Nos processos de afirmações étnicas, surgiram povos que reivindicam o etnônimo Kariri em diversos estados, além do Ceará, como os Kariri-Xocó e os Xucurú-Kariri, no estado de Alagoas.

Na escola e na comunidade Kariri são realizados trabalhos de fortalecimento da cultura indígena, através do ensino-aprendizagem de artesanato e da realização de rituais de cura e do Toré, também chamado *dança da Jurema*, pelas etnias que vivem em Crateús.

Pitaguary

Município: Maracanaú e Pacatuba
Comunidades: 1) Maracanaú: Horto, Olho D'água e Santo Antônio dos Pitaguary; 2) Pacatuba: Monguba.
População estimada: 2.800 pessoas
Famílias: 540
Situação de terras: Terra Indígena em processo de demarcação física.

Os Pitaguary vivem ao pé da serra entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba. Distando aproximadamente 26 Km de Fortaleza, a Terra Indígena Pitaguary está situada na região metropolitana da capital, tendo em seus arredores uma área caracterizada pela concentração de indústrias e urbanização crescente. Habitada pelos Pitaguary desde há muito, essa terra é socialmente marcada por uma série de acontecimentos que fundam a memória coletiva deste povo, pois foi nela que os chamados *troncos velhos* pereceram, deixando suas *raízes antigas*, assim como é dela que sobrevivem os Pitaguary de hoje.

Segundo o atual Cacique Daniel Araújo, são provenientes dos Potiguara, etnia do tronco lingüístico Tupi-Guarani. Suas terras foram invadidas, forçando a maioria dos índios a migrarem para bairros de Maracanaú e Pacatuba.

Vivem da caça, pesca e agricultura (algodão,

milho, feijão, mandioca, jerimum e outras culturas). São grandes conhecedores de uma diversidade de ervas e plantas medicinais que utilizam na cura de enfermidades. Produzem colares, pulseiras e brincos feitos com penas, sementes, coco e palha.

Dançam tradicionalmente o Toré, símbolo de afirmação de sua identidade étnica e instrumento de luta política. O grupo de Toré-Mirim existe há três anos, formado por crianças da aldeia de Santo Antônio. Apresentam-se em festas e eventos culturais dentro e fora da aldeia. Este grupo recebeu o Prêmio Culturas Indígenas do Ministério da Cultura.

Em 1991, os Pitaguary iniciaram uma articulação política afirmando sua identidade étnica e a busca pela garantia de seus direitos. Ocupavam-se em serviços informais e subalternos e moravam de aluguel, passando por grandes dificuldades. Porém, a maioria dos índios Pitaguary permaneceu na área do aldeamento, vivendo como moradores dos fazendeiros, obrigados a pagar parte de sua produção agrícola para aqueles que ocupavam suas terras.

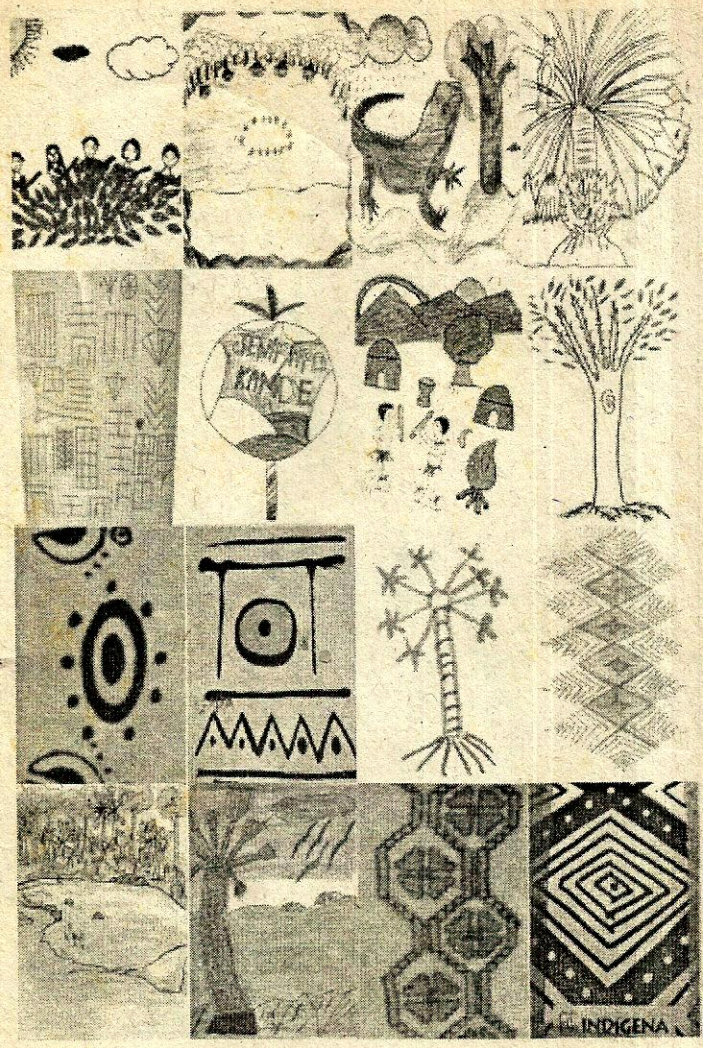
Conscientes de seus direitos constitucionais passaram a se reunir e pressionar pela demarcação de suas terras, organizando o Conselho Indígena Pitaguary – COIPY. Mais tarde, o número de pessoas engajadas na luta foi crescendo e, como resultado, novos espaços de organização política foram criados, surgindo daí o Conselho de Articulação Indígena Pitaguary - CAINPY, o Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPYM, Associação dos Produtores

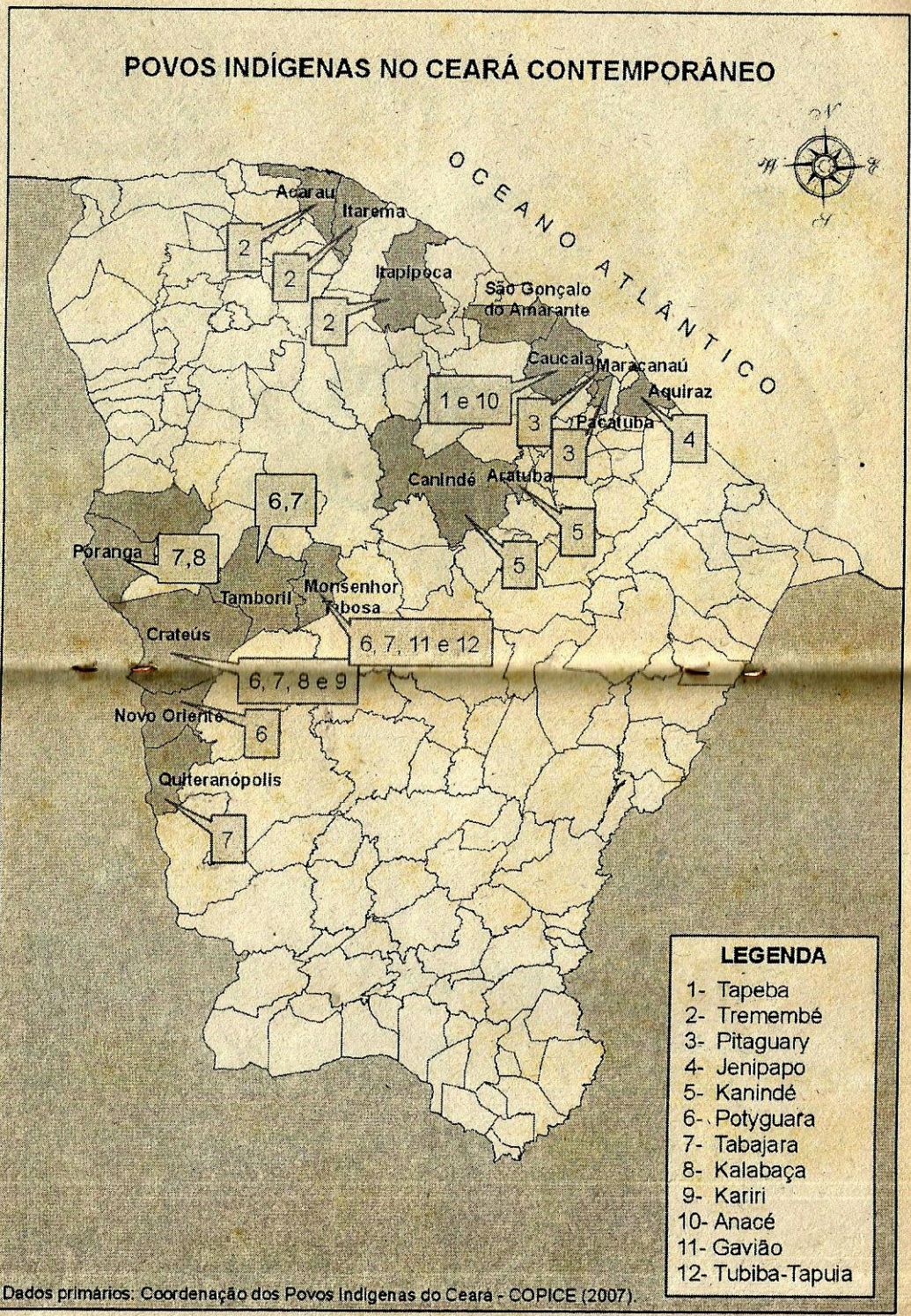
Indígenas Pitaguary - APIPY, a Articulação das Mulheres Indígenas Pitaguary - AMIPY e o Conselho dos Professores Indígenas Pitaguary - COPIPY. Na Aldeia Monguba, em Pacatuba, foi criada a Casa de Apoio para reuniões, encontros e realização de atividades culturais.

Em 1993, ainda no início da mobilização pela demarcação da Terra Indígena, foram contemplados por um projeto de lei da Câmara Municipal de Maracanaú. A doação de 107 hectares de terra que daí resultou constituiu uma das razões pelas quais várias famílias voltaram para dentro da área indígena, fixando-se, na Aldeia Nova dos Pitaguary. Em 1997, o Grupo de Trabalho – GT da FUNAI foi enviado para dar início aos estudos de identificação e delimitação da TI Pitaguary.

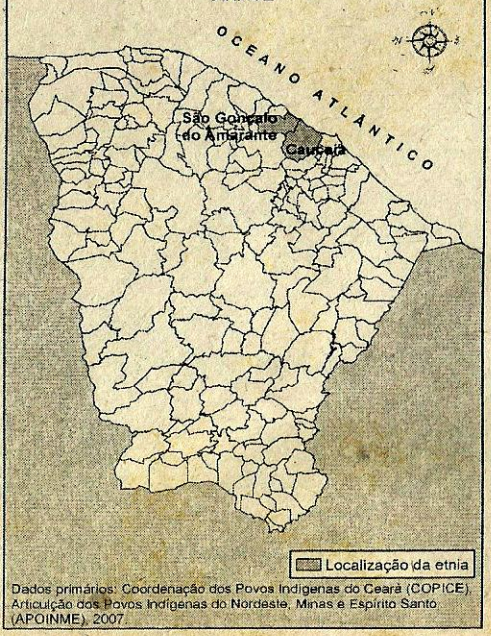
As terras indígenas Pitaguary foram, então, identificadas e delimitadas, totalizando 1.735,60 hectares, dos quais, num primeiro momento foram retomados apenas 107 hectares que até então estavam ocupadas pela Polícia Militar do Ceará.

Hoje, nesse processo de retomada das terras, os Pitaguary já ocuparam cerca de 700 hectares do total da Terra Indígena. A luta dos Pitaguary continua principalmente pela retomada do restante de suas terras, nas quais possam viver livres e de acordo com sua cultura e tradição, atualizadas segundo o cotidiano e as dinâmicas da comunidade, no contexto de suas lutas políticas.




POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
OCEANO ATLÂNTICO
Acaraú
Itarema
Itapipoca
São Gonçalo do Amarante
Caucaia
Maracanaú
Aquiraz
Pacatuba
Canindé
Aratuba
Pôranga
Tamboril
Monsenhor Tabosa
Crateús
Novo Oriente
Quiteranópolis
2
2
2
1 e 10
3
3
4
6,7
7,8
5
5
6, 7, 11 e 12
6, 7, 8 e 9
6
7
LEGENDA
1- Tapeba
2- Tremembé
3- Pitaguary
4- Jenipapo
5- Kanindé
6- Potyguara
7- Tabajara
8- Kalabaça
9- Kariri
10- Anacé
11- Gavião
12- Tubiba-Tapuia
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará - COPICE (2007).

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
ANACÉ

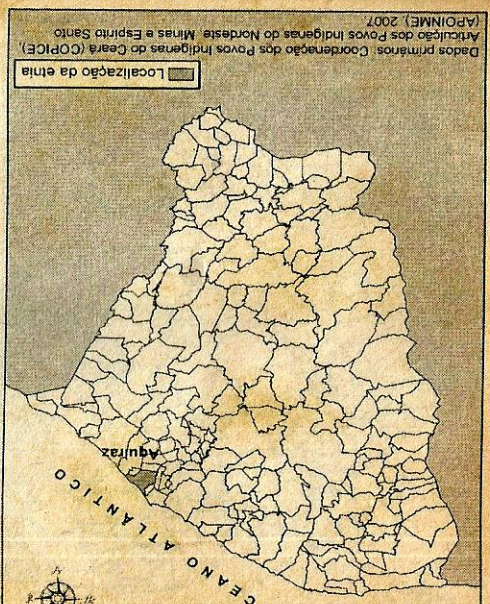


Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
GAVIÃO

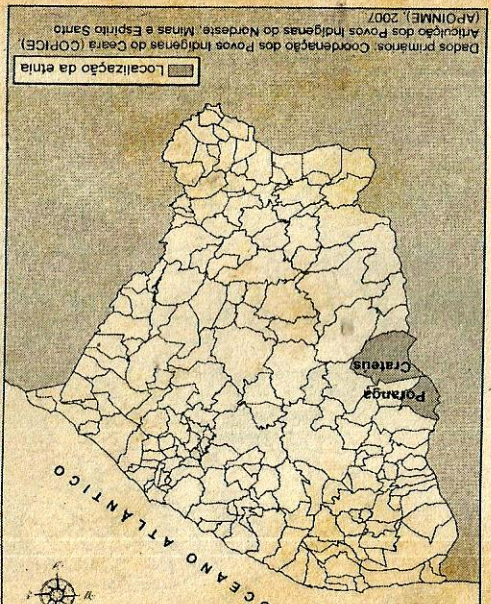
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
JENIPAPO-KANINDÉ



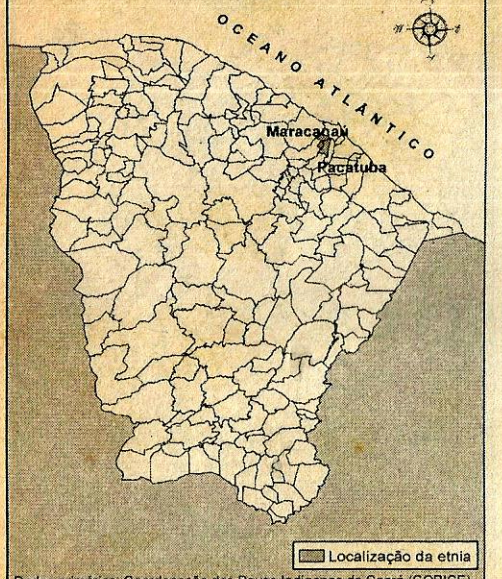
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
KALABAÇA



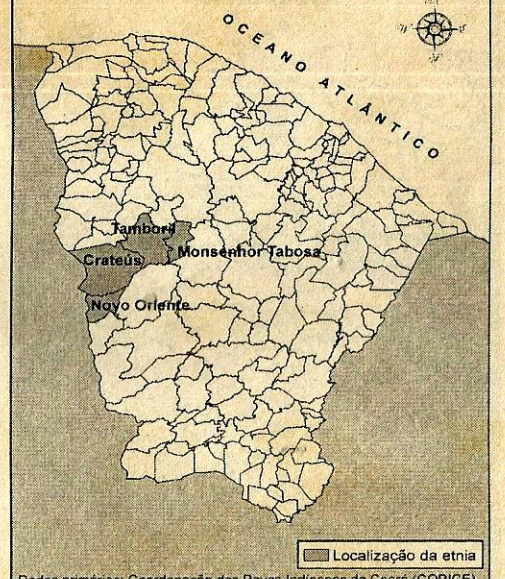
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
PITAGUARY



Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
POTYGUARA

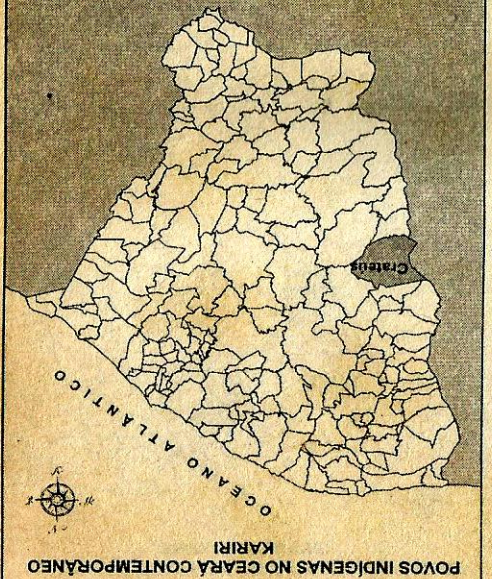


Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
KANINDÉ

Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
KARIRI

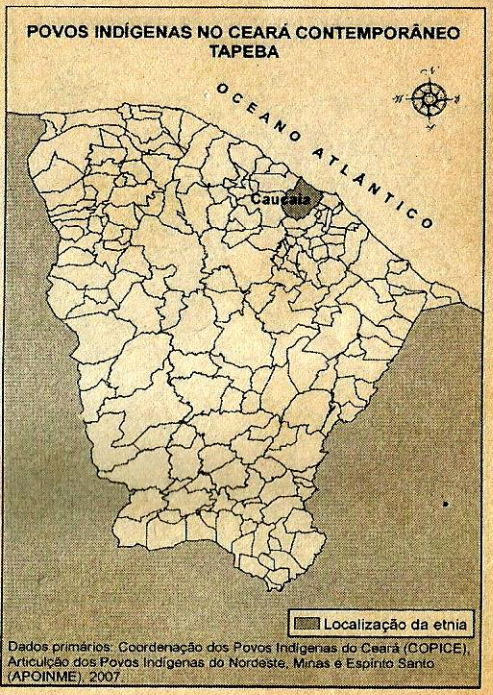


Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
TABAJARA

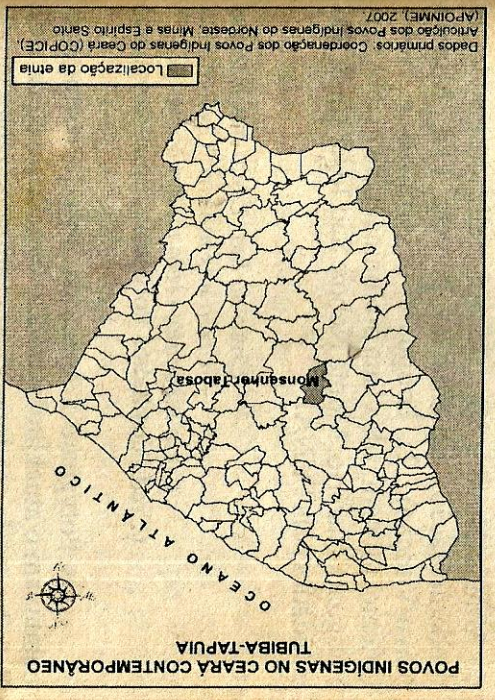
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceara (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espirito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
TAPEBA



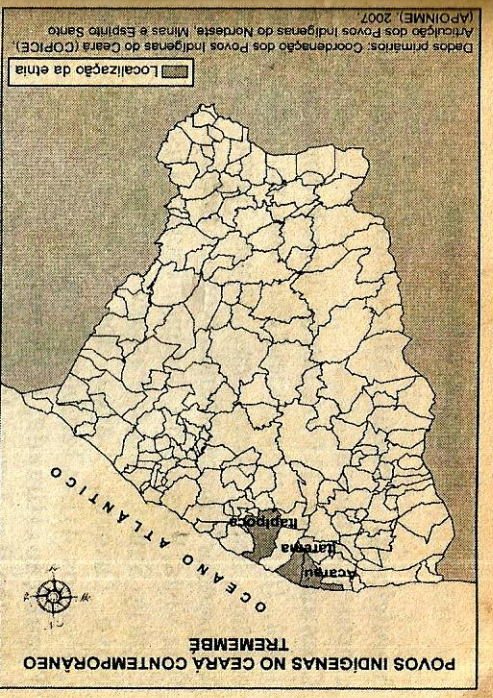
Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espirito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
TUBIBA-TAPUIA



Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceara (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espirito Santo (APOINME), 2007.

POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO
TREMEMBÉ



Dados primários: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Articulção dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espirito Santo (APOINME), 2007.

Potyguara/Potiguara

Municípios: Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril

Comunidades: 1) Em Crateús: Terra Prometida, Nova Terra, Terra Livre e Aldeia São José, na periferia da cidade; Santa Rosa, em Monte Nebo; 2) Em Monsenhor Tabosa: Mundo Novo, Chupador, Jacinto, Boa Vista, Passarinho, Merejo, Tourão, Distrito-sede, Espírito Santo, Longar, Passagem e Pitombeira; 3) Em Novo Oriente: Lagoa dos Nery e Açude dos Carvalhos; 4) Em Tamboril: Viração.

População estimada: 1.000 pessoas

Situação das Terras Indígenas (TI's): 1) Potyguara de Mundo Novo e Viração: foi realizado estudo de fundamentação, aguardando parecer (T.I. Mundo Novo/Viração); 2) Potiguara de Crateús e Novo Oriente: foi realizada visita preliminar pela FUNAI; 3) Potiguara Nazário, Monte Nebo e São José: ainda não estudadas pela FUNAI.

Creio na lua; Creio nas estrelas
Creio nas nuvens; Creio no sol
Creio no vento, creio na água e no fogo...
(Credo dos índios Potyguara, Sibá Potyguara)

Os Potyguara à época da invasão portuguesa habitavam o atual litoral do Rio Grande do Norte e da Paraíba, onde até hoje vivem, em municípios como Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Acredita-se

que os acirrados conflitos pela disputa das terras ocasionaram a dispersão deste povo em direções distintas, como rumo ao litoral da capitania do Siará-Grande, onde formaram as aldeias que originarão, na segunda metade do século XVII, os aldeamentos jesuíticos de Porangaba, Caucaia e Paupina; e em direção ao interior do continente – o chamado sertão.

Hoje, no Ceará, existem quatro comunidades étnicas que se denominam Potiguara, localizadas entre os municípios de Tamboril, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Crateús. Os Potyguara de Monsenhor Tabosa organizam-se junto aos de Viração (Tamboril), e os de Crateús, junto aos de Novo Oriente. Existem Potiguara ainda, segundo alguns estudiosos, em Ipueiras e, na região metropolitana de Fortaleza, em Paupina (Messejana).

Desde julho de 2007, os Potiguara em Crateús estão organizados na ARIPPOC (Associação Raízes Indígenas do Povo Potyguara de Crateús), surgida por ocasião do momento de rearticulação dos povos indígenas no município. Em 1992, foi realizado um significativo encontro que desencadeou com a articulação das diversas etnias no Grupo Raízes Indígenas, vinculado à Diocese local, onde já fazia trabalhos sociais ligados à cultura indígena, a missionária belga Margareth Malfliet. Desta reunião participaram Dona Helena Potiguara, Dona Mazé Kalabaça e Dona Tereza Kariri. Com a colaboração de Maria Amélia Leite, estas mulheres são protagonistas

no levantar da etnicidade dos índios em Crateús, através da organização no CINCRAR (Conselho Indígena de Crateús e Região), ativo por 12 anos. O local onde foi realizado o encontro é sagrado na cosmologia dos Potiguara do sertão do Ceará: a furna dos caboclos, espécie de caverna ou loca, localizada em Monte Nebo, serra próxima à Crateús. Lá estão os restos mortais dos antepassados dos Potiguara, que a definem como a terra de onde foram expulsos seus ancestrais e ponto de dispersão da etnia para diversas direções, como a Serra das Matas (em Monsenhor Tabosa) e bairros localizados nos arredores de Crateús.

A aldeia Santa Rosa, em Monte Nebo, onde estão aldeadas 12 famílias Potiguara, é fruto de uma retomada de terras, porém permanece improdutiva por decisão judicial. Atualmente está sendo construída uma sede para a ARIPPOC na Aldeia São José, retomada de terra localizada na periferia de Crateús.

Entre os Potyguara em Monsenhor Tabosa, foi através da luta por uma educação diferenciada que emergiu o processo de auto-afirmação étnica. Iniciando-se na aldeia Mundo Novo, atingiu diversas famílias. Prova concreta do nível de organização e solidariedade existente entre os índios em Monsenhor Tabosa é a reivindicação pela demarcação de uma faixa contínua de terras para as etnias locais. A união e o apoio mútuo são traços significativos dessas comunidades. Exemplo representativo disso encontra-

se na construção, em mutirão, da *Abanaroca*, espécie de casa do índio, que nasceu a partir da necessidade de um espaço que, além de servir de ponto de referência, pudesse também sediar reuniões, encontros e acolher parentes na sede do município. Outra experiência bastante significativa é o que eles denominam de "sistema de trocas", que consiste na troca direta entre as comunidades de produtos feitos por eles próprios.

Cada aldeia possui uma associação local que eles denominam de *Conselhos Indígenas do Povo Potyguara*. A articulação destes conselhos se dá através de reuniões semanais nas aldeias, num sistema de rodízio, no qual a comunidade responsável pela assembléia semanal deve garantir a alimentação de todos os membros das outras aldeias, como parte constitutiva do chamado "sistema de trocas".

Uma iniciativa pioneira destas comunidades étnicas é a retomada, pesquisa e ensino do Tupi. Esse reencontro com sua língua ancestral ganha dimensões significativas, pois a partir dele se inicia um processo de (re)apropriação e decodificação de várias palavras oriundas do Tupi que ainda são presentes no vocabulário de toda a comunidade. Um traço cultural que liga as gerações contemporâneas a um passado comum que permanece e atua como sinal diacrítico de diferenciação e afirmação étnica.

Tabajara

Municípios: Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril
Comunidades: 1) Poranga: Imburana e Cajueiro; 2) Crateús: Terra Prometida, Vila Vitória, Nova Terra, Terra Livre, Altamira, Planaltina e Nazário; 3) Quiterianópolis: Fidélis, Vila Nova, Croatá e Vila Alegre; 4) Monsenhor Tabosa: Olho D´água dos Canutos; 5) Tamboril: Grota Verde.
Famílias: 550
Situação da Terra Indígena (TI): TI com estudos preliminares feitos pela FUNAI.

" Se vivemos hoje na cidade a culpa não é nossa. Foi a única opção que tivemos em nossas vidas"
(Francisca Lira - liderança Tabajara de Fidélis)

Os Tabajara possuem uma história de sucessivas migrações, devido a constantes conflitos de terras. Têm como lugar de forte influência espiritual a *furna dos caboclos*, localizada na serra de Monte Nebo, em Crateús. Nesta localidade encontram-se registros da ancestralidade indígena, tais como pinturas rupestres e artefatos arqueológicos: cachimbos de barro, pilões de pedra, dentre outros. Segundo relatos orais, no século XIX houve um grande massacre de índios naquele local, decorrente de um conflito com fazendeiros.

Os Tabajara que vivem em Crateús são provenientes das serras vizinhas, principalmente a serra da Ibiapaba, e tiveram que migrar para a periferia da cidade, foragidos da opressão exercida pelos fazendeiros que invadiram suas terras. Dividem-se em sete comunidades. Recentemente, um grupo de 15 (quinze) famílias dos Lira, migrou para a cidade de Quiterianópolis, onde encontraram melhores condições para viver, de acordo com seus costumes indígenas. Ficaram conhecidos como os Tabajara de Fidélis. Nesta mesma cidade encontram-se mais 3 (três) comunidades Tabajara: Vila Nova, Croatá e Vila Alegre, todas na área rural.

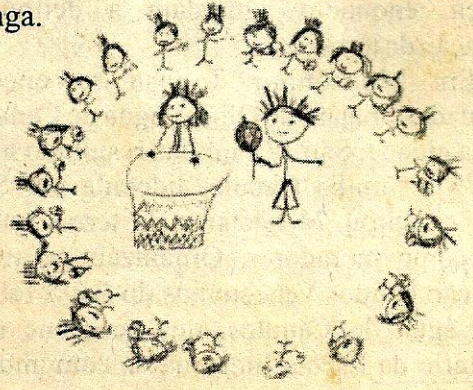
Em fevereiro de 2004, os Tabajara de Crateús conseguiram, através de sua luta, retomar cerca de 6.000 hectares de sua terras que ficam na serra da Ibiapaba. O local é chamado de Nazário e lá estão residindo cerca de 10 famílias, entre Tabajara e Kalabaça, enquanto aguardam a delimitação e demarcação da terra.

Em Monsenhor Tabosa se encontra a comunidade Tabajara de Olho d`água de Canutos, há 4 km desta cidade. São 13 famílias residindo na região. Em 1973 a família Canuto, liderada por Seu José Canuto, comprou 74 hectares de terras onde antes viviam como moradores. Organizam-se através da Associação Unidos Venceremos do Povo Tabajara de Olho D´água de Canutos, que se reúne no salão comunitário da Escola Indígena da comunidade. Em

Tamboril existe a comunidade Tabajara em Grota Verde, a 35 quilômetros da cidade. São 25 famílias que se organizam através de uma associação sob a liderança de Agno Tabajara. Atualmente, sofrem constantes ameaças por parte de fazendeiros, fato que tem limitado suas ações políticas.

Os Tabajara de Poranga residem na Aldeia Imburana, que fica próxima à cidade e também na Aldeia Cajueiro, distante 38 quilômetros de Imburana. Esta aldeia, de 4.400 hectares, foi fruto de uma retomada, sendo hoje habitada por 9 famílias, entre Tabajara e Kalabaça e igualmente aguardam a regularização da terra indígena.

Entre suas instituições, existem o Conselho Indígena dos Povos Tabajara e Kalabaça de Poranga - CIPO, importante instrumento de organização e luta, a Associação de Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça (AMITK) e a Escola Diferenciada Indígena de Poranga.



Tapeba

Município: Caucaia
Comunidades: Água Suja, Bom Jesus, Capoeira, Capuan, Cigana, Itambé, Jandaiguaba, Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa II, Lameirão, Mestre Antônio, Ponte I, Ponte II, Sobradinho, Trilo, Vila dos Cacos, Vila Nova.
População: 5.500 pessoas
Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena delimitada e identificada. Aguarda respostas às contestações.

O povo Tapeba foi a primeira etnia indígena a "levantar a aldeia" no nosso Estado. Após anos utilizando a estratégia do silenciamento étnico como forma de se resguardarem de perseguições, estereótipos e preconceitos diversos, no início da década de 1980 eles decidiram, com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, assumir uma nova forma de resistência: *a afirmação de sua identidade étnica*. Ao romper o silêncio, eles desafiaram não apenas os posseiros e políticos locais, que há anos invadiram suas terras ancestrais, assim como a própria história oficial que afirmava não haver mais índios no Ceará.

Resultado de um processo de desterritorialização e desagregação cultural implementado pelos colonizadores aos contingentes indígenas originários, os Tapeba descendem de outras

quatro etnias (Tremembé, Potiguara, Kariri e Jucá) que foram reunidas no antigo aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres, atual município de Caucaia.

O topônimo *Tapeba* é oriundo da língua Tupi-Guarani e significa *Pedra Chata*, em referência à existência de uma grande e misteriosa pedra sagrada localizada na lagoa de mesmo nome, que guarda, em suas águas, encantos, histórias e mitos.

Os Tapeba têm como principais atividades de subsistência o cultivo de milho, feijão, mandioca, macaxeira, batata, jerimum, maxixe e quiabo. Coletam frutos de época como cajá, goiaba, manga e caju, do qual se fabrica uma bebida sagrada utilizada em rituais, chamada *mocororó*. Também é comum a caça, a pesca e coleta de crustáceos como caranguejo, siri, cié e o uruá. A partir de materiais retirados do ambiente, como o barro, sementes, madeira, quenga de coco, tucum e palha de carnaúba, produzem um artesanato rico e variado: cocares, adornos diversos, panelas e artefatos.

O fortalecimento da articulação e organização interna das comunidades lhes garantiu significativas vitórias no campo da retomada de terras, na saúde, educação, meio ambiente, entre outros. Exemplos dessa luta podem ser observados na criação de escolas diferenciadas e postos de saúde em quase todas as comunidades; na retomada de territórios ancestrais, como o Terreiro Sagrado dos *Pau-Branco* e, mais recentemente, a *Capoeira*; na construção do Centro Cultural Tapeba e do Memorial Cacique Perna de Pau.

Entre as principais organizações das comunidades Tapeba, citamos a Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia – ACITA, responsável por conduzir a luta política e mobilizar internamente as aldeias; a Associação dos Professores Indígenas Tapeba – APROINT e a Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte – AINTACE.

Os Tapeba mantêm um intenso calendário de atividades durante o ano, organizado através de parcerias entre suas diversas associações e comunidades. Já em janeiro, iniciam-se as experiências para saber se o inverno será bom, preparando o solo para o início do plantio, que se dá em fevereiro. Em abril, comemoram a semana do Índio e a fundação da Escola Índios Tapeba, pioneira na educação diferenciada no Ceará. Em julho, acontecem os Jogos Indígenas Estaduais, que reúne todas as etnias, e dá-se o início da extração da palha da carnaúba. Em agosto, é realizada a Feira Cultural do Povo Tapeba, os Jogos Indígenas Tapeba e o ritual de purificação das crianças. Em setembro, se inicia o preparo das terras para plantio e colheita da mandioca; ocorre a Festa da Carnaúba e o início da fabricação do mocororó. Em 03 de outubro comemoram o dia do índio Tapeba. Novembro é o mês da Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Ceará e dezembro é o mês da colheita da mandioca. É neste tempo em que acontecem com mais freqüência as *Farinhadas,* celebração coletiva e confraternização na aldeia em torno do processo de feitura da farinha de mandioca.

Segundo data de sesmaria doada a seus antepassados, suas terras teriam tamanho de 30 mil hectares. Hoje, apesar de terem suas terras identificadas e delimitadas em uma área de 4.658 hectares, em 1993, a demarcação só se efetivou quatro anos depois. No entanto, a vitória definitiva ainda não foi conquistada. A homologação e o registro cartorial das terras, últimas etapas do processo de regularização fundiária não foram efetuadas. A comunidade aguarda o fim das contestações judiciais e o remanejamento da população não-indígena de suas terras.

Tremembé

Municípios: Itarema, Acaraú e Itapipoca
Comunidades: 1) Itarema: Almofala - Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Camboa da Lama, Mangue Alto, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe, Urubu e Boa Vista; Varjota - Tapera, Batedeira, Praia do Caboré e Camondongo; Córrego João Pereira - São José, Capim Açu e Cajazeiras; 2) Acaraú: Telhas e Queimadas; 3) Itapipoca: São José e Buriti.
População estimada: 4.820 pessoas
Famílias: 690
Situação das Terras Indígenas (Ti's): 1) Córrego João Pereira e Telhas : TI regularizada; 2) Almofala: TI delimitada e identificada, com processo

administrativo suspenso pelo Ministério da Justiça, em 1996; 3) Queimadas, São José e Buriti: TI's com estudos preliminares, através de grupo de trabalho da FUNAI, em 2003/2004.

"Teve um tempo que nós para viver precisamos nos calar, e, hoje, nós para viver precisamos falar"
(Pajé Luiz Caboclo)

Os Tremembé habitam atualmente os município de Itarema, Itapipoca e Acaraú, sendo Almofala o seu distrito mais conhecido. Segundo o Pajé Luiz Caboclo, o nome Tremembé vem dos *'tremedáu'*, espécie de córrego de lama movediça, coberto por escassa água. O pajé afirma que *a resistência dos Tremembé foram os Tremedáu* e nos conta que, quando eles eram perseguidos, entravam nesses *tremedáu*, e como sabiam afundar na lama, conseguiam sair em outra localidade. Os soldados ou capangas que os perseguiam, porém, não possuindo a mesma destreza, afundavam e morriam.

Os Tremembé são excelentes artesãos: com a palha fazem chapéus, bolsas, urus e outros; e com conchas e búzios criam variados tipos de colares e pulseiras. As mulheres fiam o algodão e, em sistema de mutirão, em teares feitos pelos próprios Tremembé, produzem redes, roupas, redes de pesca e outros artigos necessários à comunidade. Pintam as paredes de suas casas com tintas feitas do toá - argila natural

retirada do leito dos rios. Entre os temas sugeridos estão a representação do mangue, plantas como o cajueiro, bichos, paisagens e cenas da vida social e do ecossistema. Em 2005 foi inaugurado o Centro de Arte Tremembé, que concentra grupos de tecelagem, cerâmica, pintura e serigrafia, sendo este último formado somente por jovens.

Devido à ação dos colonizadores, tiveram seu território restringido a 4 léguas em quadro. As terras onde se localiza o povoado de Almofala, entre os rios Aracati Mirim e Aracati-Açu, foram doadas através de Carta Régia do Governo Português, datada de 08/01/1697, que tinha como objetivo a fixação e a redução do território dos Tremembé.

O *Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracú*, que abrange o período que vai de 1855 a 1857, inclui 22 registros de títulos de terra para índios de Almofala, além do registro *de uma légoa de terra quadrada* para *rezidencia e subsistencia dos Índios* da povoação (18 de março de 1857). Apresentada pelo Curador dos Índios e rubricada pelo vigário de Acaraú, essa documentação fundiária tem valor inestimável para os Tremembé, porque foi feita de acordo com as exigências da Lei de Terras (1850). São, portanto, inquestionáveis registros de terra, datados do século XIX, ainda que seu território tenha sido mais uma vez reduzido.

Desde meados do século XIX e ao longo do século XX, os Tremembé foram tratados como

"caboclos", "remanescentes" ou "descendentes" de índios pela população circundante. A diferenciação étnica era relevada ou minimizada, de acordo com as situações sociais e disputas locais. Mesmo assim, ao longo de todos estes anos, os Tremembé conservaram a produção do mocororó, bebida feita a partir do caju e utilizada em festas e rituais; e também a sua dança particular, o *Torém*, que lhes trouxe diferenciação e notoriedade social. Ao longo de seu processo de organização e mobilização étnica, o Torém tem sido o seu principal sinal diacrítico e referência de singularidade.

Atualmente, os Tremembé de Almofala se organizam politicamente através do CITA – Conselho Indígena Tremembé de Almofala. Eles disputam na Justiça Federal a posse da terra que pertencia ao antigo aldeamento. Em 1992, o Estado brasileiro delimitou uma área de 4.900 hectares, que foi invadida, em parte, por posseiros e por empresas.

Os Tremembé do Córrego João Pereira, Queimadas, Camondongo, São José e Buriti, são famílias originárias de Almofala. A situação de todas estas comunidades, nos municípios de Itarema, Acaraú e Itapipoca, é de enfrentamento com ameaças, perseguições e invasões de suas terras (especulação imobiliária, monocultura do plantio do coco, empreendimento turístico, carcinicultura e outros). Como para os outros grupos indígenas do Ceará, o maior desafio para esses povos é a regularização de suas terras tradicionais.

Tubiba -Tapuia

Município: Monsenhor Tabosa
Comunidade: Pau-Ferro.
Famílias: 30
Situação da terra indígena: foi realizado estudo de fundamentação, aguardando parecer (T.I. Mundo Novo/Viração).

O movimento indígena em Monsenhor Tabosa conta atualmente com quatro etnias: os Potyguara, os Gavião, os Tabajara e os Tubiba-Tapuia. Os Tubiba-Tapuia, junto aos Anacé, foram as duas etnias acolhidas mais recentemente pela Assembléia dos Povos Indígenas no Ceará, realizada na Serra do Nazário, município de Crateús, em novembro de 2006.

Mobilizados há cerca de quatro anos, o etnônimo construído durante o processo de organização étnica deriva de um tipo de abelha, *Tubiba,* comum na beira do riacho que passa às margens da aldeia de Pau-Ferro, local onde hoje habitam e que afirmam ser a morada de onde seus ancestrais foram expulsos por posseiros invasores.

Segundo tradição oral, descendem de índios rebeldes (segundo contam, "tapuias") que situavam-se entre a beira do riacho Tubiba e o lugar denominado Serrinha, serrote acima da aldeia Pau-Ferro, onde iam buscar água e alimentos. Até hoje, a comunidade retira água pura e cristalina deste riacho. Na serra, existem

espécies de locas, pequenas cavernas que trazem vestígios da presença humana no local, através de pinturas rupestres e artefatos arqueológicos, que são encontrados constantemente. Na descida da serra existem círculos de pedras, onde, segundo os mais antigos, possivelmente estão enterradas ossadas, artefatos, ou mesmo são algum tipo de código deixado pelos seus antepassados, quando migraram em fuga do lugar, possivelmente para o Maranhão ou para a Serra-Grande (Ibiapaba).

Os Tubiba-Tapuia reconhecem sua origem numa *índia mateira* que ficou para trás, quando a tribo migrou. Apanhada por brancos nas matas, entre as comunidades de Pau-Ferro e Longar, foi obrigada a casar-se com um deles, dando origem aos atuais moradores de Pau-Ferro.

Ativos no movimento indígena e no interior da aldeia, as famílias Tubiba-Tapuia, embora não possuam ainda uma escola indígena, já têm trabalhos pedagógicos diferenciados há pelo menos dois anos. Em entrevistas realizadas por educadores da etnia com os idosos, estes se revelaram de extrema importância na busca do conhecimento acerca do passado da comunidade.

O processo de auto-afirmação, um dos primeiros passos na organização étnica, já atinge a maior parte das famílias da comunidade. Atualmente congregados na Associação Indígena Tubiba-Tapuia de Pau-Ferro, reúnem-se mensalmente, na luta pelo acesso e garantia dos direitos indígenas.

Jucá

O nome Jucá refere-se a um grupo indígena localizado nos sertões dos Inhamuns (ao sul e leste de Crateús) no século XVIII e que teria servido como jagunços para a família Feitosa nos conflitos desta com os Montes, que também se serviam de índios nas suas "tropas".

Segundo as narrativas locais os Feitosa possuíam grande número de escravos negros sob seu domínio, decorrendo daí a grande presença negra nessa região do Ceará. Ainda em termos históricos duas localidades merecem menção no passado da região: Arneiroz e Cococi. Arneiroz foi povoação de índios no final do século XVIII, reunindo os Jucás às margens do Rio Jaguaribe, pouco acima de onde deságua o riacho dos Jucás. Subindo por este último, fica a "cidade fantasma" de Cococi. Centro do poder dos Feitosas, foi elevada a município no começo do século XX e se despovoou em virtude dos conflitos inter e intrafamiliares na década de 1960, sendo anexada a Parambu.

É justamente no município de Parambu e nas margens do riacho Jucás que vem se organizando o grupo indígena com esse nome. Apoiadas pelos índios e missionários da região de Crateús, algumas famílias afirmam serem do povo Jucá. Estas famílias

romperam um véu de medo e silêncio que impera no lugar e reivindicam alguns lugares como marcos de sua identidade: grutas, cavernas, olhos d'água e as margens do riacho Jucás. Não são muito assíduos nas mobilizações indígenas mais amplas, mas estiveram presentes em três eventos, desde 2003, sendo duas assembléias regionais dos índios de Crateús e uma audiência pública no MPF em Fortaleza (08 de setembro de 2005).

Paupina

Notícias do jornal *O Povo*, datadas de novembro de 2001, fazem referência a um grupo denominado Potiguara da Paupina, ou simplesmente Paupina, que vive no bairro homônimo nos arredores de Fortaleza. Paupina é a sede de um antigo aldeamento missionário fundado ainda no século XVII, para catequizar índios Potiguara e Jaguaribara, nas proximidades da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Com o passar dos séculos foi elevada à Vila de Messejana, recebendo duas datas de sesmarias do Rei de Portugal. Estas sesmarias foram demarcadas e loteadas no século XIX, dispersando a população indígena em pequenos lotes familiares, em meio à ocupação dos não-indígenas. As notícias trazidas pelo jornal *O Povo* comentavam sobre a resistência de um conjunto de nove famílias do bairro, que estavam ameaçadas de expulsão de seus terrenos pela

especulação imobiliária. Estas famílias vinham sendo acompanhadas pela Missão Tremembé e reivindicavam o reconhecimento étnico e a garantia de permanecer no seu local de moradia tradicional.

Tupinambá

O povo Tupinambá vive nas periferias da cidade de Crateús, totalizando cerca de 20 unidades familiares (de acordo com dados da FUNAI, em 2006). Estão concentrados na Terra Prometida, uma das ocupações indígenas da área urbana, e são filiados ao CINCRAR, juntamente com os Tabajara e Kalabaça. Os Tupinambá são todos membros de uma mesma família, que tem no senhor Severino Tupinambá, hoje com mais de 111 anos, o seu patriarca. Seu Severino é originário da Amazônia, afirma que foi raptado quando ainda criança de sua aldeia natal e que rodou pelo mundo, vindo se fixar em Crateús há muitos anos atrás, quando constituiu família e reconhecimento como curador. Sua trajetória já foi motivo de reportagem na Revista Istoé Nº 1575 de 08 de dezembro de 1999.